

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE MIDIÁTICA DE SUA MEMÓRIA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves  
Especialista em Ensino de História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas,  
Especialista em Docência Superior pela Universidade Gama Filho – UGF e  
Graduado em História pela Faculdade de Pará de Minas - FAPAM.  
Professor das Redes Pública e Privada de Ensino e membro associado da Sociedade Brasileira de Teoria da História e  
Historiografia – SBTHH.  
Email: brunhistoria.fafich@gmail.com

### Resumo

O presente artigo propõe como objetivo, o estabelecimento de uma análise histórica do Movimento Estudantil Brasileiro tendo como princípio a reconstituição de sua memória através de publicações jornalísticas do período que o Brasil viveu sobre a égide de um regime de exceção, a Ditadura Militar, que se configurou como um dos momentos mais repressivos de nossa história política. Para o estabelecimento deste trabalho será fundamentado a importância que a memória exerce sobre o aspecto histórico, demonstrando através de visões jornalísticas como que a atuação política do Movimento Estudantil Brasileiro foi se consolidando ao longo de um período da história política do Brasil.

**Palavras-Chave:** Ditadura Civil-Militar. Memória. Movimento Estudantil Brasileiro.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer uma análise histórica do movimento estudantil brasileiro tendo como ponto de análise a reconstituição de sua memória através de publicações jornalísticas do período que o Brasil viveu sobre a égide de um regime de exceção, a Ditadura Militar, que se configurou como um dos momentos mais repressivos de nossa história política.

É sobre este ambiente repressivo de nossa história que o Movimento Estudantil brasileiro ganha definitivamente uma conotação política, formando um dos grupos mais participativos na luta pela redemocratização do país, e se posicionando definitivamente como força política de esquerda perante esse cenário político marcado pela repressão.

Para o estabelecimento deste trabalho será fundamentado a importância que a memória exerce sobre o aspecto histórico, demonstrando através de visões jornalísticas como que memória do movimento estudantil brasileiro foi sendo construída ao longo de um período de nossa história

política. Assim, serão consultados períodos brasileiros da época do Regime Militar: a Revista Veja e o Jornal Folha de São Paulo, em seus respectivos acervos digitais.

Assim, através da análise desses periódicos e fundamentando em bibliografia específica o presente estudo estabelece como objetivo a demonstração da importância da memória na história, além de detalhar o papel político exercido pelos estudantes brasileiros em um dos períodos mais duros de nosso país.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Memória e história**

Uma análise histórica parte do pressuposto de estabelecer um estudo direcionado para diversas possibilidades, e uma das questões que os estudos históricos vêm buscando recentemente é a valorização da visão memorialística dentro da historiografia, deixando de lado questões que se voltam para construção de grandes personagens da história, o que estabelece uma visão exclusivamente factual, mas sim tentar entender como que a memória pode ser um instrumento importante na busca pelo entendimento das ações e dos fatos históricos.

Neste sentido na visão de Gomes (2009, p. 58)

O tema da memória redimensiona, assim, as categorias de vivido e de subjetivo, recolocando as dificuldades e potencialidades do ofício do historiador. Este, comprometido com o esforço de explicar/interpretar a realidade social, passa a operar com variáveis “internas” que se articulam a outras “externas”.

A memória neste sentido ganha uma conotação de importância dentro da historiografia, pois busca através de fatos vividos estabelecer um processo de interpretação histórica que poderá abrir espaço para consolidação de um estudo com grandes possibilidades de interpretações, já que, ao pensar na reconstrução da memória, sempre haverá divergências de posicionamentos. É perante estas divergências que os historiadores construirão suas análises, ficando claro que, perante ofício do historiador, o mesmo encontrará grandes desafios interpretativos, sendo que, é nesse cenário que deverá saber distinguir os fatos e inseri-los de maneira viável ao longo do estudo.

Este ponto abre espaço novamente para uma constatação de Gomes (2009, p. 59) quando afirma:

(...) a narrativa histórica, ao reafirmar seu compromisso com a “realidade”, corroboraria um tipo de possibilidade de “verdade” como representação de algo que existiu e que não é uma

ficção (...). A “verdade” que a operação historiográfica seria capaz de produzir, mesmo sendo múltipla e inconclusa, resultaria dessa tensão entre a realidade e discursos, trabalhada pela interpretação do historiador.

Na construção da memória de algum homem público, grupo social-político ou instituição, o historiador deve possuir uma visão coesa do objeto que está sendo analisado, estabelecendo um processo interpretativo que ofereça a possibilidade da consolidação de um estudo qualitativo e que abra possibilidades para a busca de novos caminhos de análises, pois, apesar de buscar a verdade, o estudo histórico não será capaz de estabelecer um processo construtivo da verdade, pois baseado na perspectiva da memória, esta é consolidada com um olhar no passado remetendo-se a uma visão do presente. Assim, a história passa a ser reconstruída e alterada de maneira diversa graças a desejos e interesses do tempo presente.

Na história política para Ferreira (2006) *“o uso da construção da memória era vista como um elemento secundário na historiografia, principalmente no que diz respeito à construção da memória de homens públicos”*.

Ou seja, este tipo de estudo no âmbito historiográfico até pouco tempo ficava preso a questões dos estudos biográficos, o que caracterizava a construção de uma história arcaica constituída através dos feitos dos denominados “heróis” da história, uma história de cunho totalmente factual.

Mas, a memória foi inserida na percepção historiográfica e passou a ganhar novos caminhos de análises como destaca Ferreira (2006) demonstrando que:

Houve um abandono do estilo laudatório das biografias dos grandes estadistas e se desenvolveu novas perspectivas teóricas para se buscar o entendimento dos fatos e dos personagens políticos, e a memória neste sentido, consolidada em testemunhos e obras memorialísticas tornou-se um instrumento de grande valia para o historiador, já que, oferece uma gama de possibilidades de distinguir os mecanismos de interpretação dos fatos políticos e investigar os usos do passado.

Neste sentido, a busca pela reconstrução da memória de personalidades políticas e, principalmente de órgãos políticos mostra-se de grande valia para história do país e ganha maior conotação. Neste sentido, um estudo sobre a memória do Movimento Estudantil Brasileiro é de suma importância para entender o papel político desempenhado por este grupo durante o período que o país viveu sobre a presença de um regime de exceção a época, da Ditadura Militar. Período no qual a repressão ganhou definitivamente status de ação dos militares para a manutenção da ordem política vigente no país.

## 2.2. Imprensa e história

A construção da memória sobre uma perspectiva historiográfica somente será efetivada com a utilização de fontes históricas que forneçam subsídios para o estabelecimento de uma interpretação de fatos e atos de maneira concreta. Nesse sentido, o historiador deve trabalhar com instrumentos que darão a ele suporte necessário para elaboração de um trabalho coeso e fiel aos dados coletados.

Sobre essa visão pode-se destacar a importância da imprensa como instrumento de pesquisa histórica, mesmo sabendo que até meados da década de 1970 poucos eram os estudos efetivados sobre a fonte de periódicos, pois havia certa resistência acadêmica pelo fato da questão dos princípios editoriais que cada jornal seguia principalmente no que diz respeito a posicionamento político.

Mas, com o passar do tempo essa resistência inicial em se utilizar a imprensa como fonte histórica foi dando lugar a uma nova conotação, buscando incorporar a imprensa como instrumento de construção da historiografia, mostrando a importância que jornais e revistas trazem em relação à narração de fatos a serem analisados. E, através dessas narrações, o estabelecimento de interpretações que serão de suma importância para efetivação de um novo panorama da escrita da história.

E perante essa questão sobre uso da imprensa como fonte histórica o pesquisador Siqueira (2011) destaca que:

Não é objetivo da História, a recuperação fiel de um passado, mas interpretá-lo a partir de suas fontes, que também devem interpretadas e analisadas. Os registros de imprensa são fontes importantes, pois são produzidos no “calor da hora”, indicando sentimentos, opiniões, interesses. Também são relevantes, pois factualmente servem como apoio à análise, ao indicarem datas, nomes e lugares. Todos os documentos, inclusive os de origem na imprensa (jornais, revistas, fotografias, programas de rádio, televisão etc.), são produzidos por meio da intenção do produtor, e derivado de sua atividade, portanto nenhum documento é isento de imparcialidade<sup>1</sup>.

Ou como cita a historiadora Luca (2014, p. 111) “(...) a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”.

---

<sup>1</sup> SIQUEIRA, Marcelo Nogueira. O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: contexto, objetivos, estratégias e consequências. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526548001.pdf>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2016.

Percebe-se que por meio de uma análise interpretativa dos periódicos passou-se “*a valer da importância linguística e semântica para estudar o vocabulário político-social presente num conjunto de jornais (...) e identificar os matizes da ideologia dominante (...)*” (LUCA, 2014, p. 118).

Não havia uma necessidade de se buscar uma construção de um estudo sobre a história da imprensa, o que se via necessário era demonstrar como que a imprensa pode se tornar instrumento para construção do conhecimento histórico, e é sobre essa óptica que se percebe que os periódicos são de grande valia quando se pensa na construção de novas interpretações historiográficas, pois esses trazem visões totalmente distintas de outras formas de fontes, já que possuem impregnadas em sua construção linguística, o caráter editorial jornalístico.

A imprensa ainda traz consigo outra característica que deve ser levado em consideração quando se trabalha como fonte de estudo, segundo as palavras de Bucholdz (2007, p. 23):

A imprensa passou a traduzir as novas ideias e hábitos gerados pelas transformações vivenciadas pelas populações, tornando-se o espaço privilegiado para a discussão dos problemas e rumos da sociedade. Reforçando essa condição, a imprensa do início do século XX era um dos principais canais de informação e de transmissão de valores.

Ao longo do século XX além do caráter informativo a imprensa demonstrou outra conotação importante sobre a sociedade, que foi de estabelecer a construção da opinião pública, de ser responsável pela consolidação e difusão de pensamentos e interpretações sobre os fatos e os acontecimentos que são realizados sobre todos os ambientes da sociedade, sendo essa postura social conquistada pela imprensa o elemento fundamental de análise por parte da historiografia e das ciências humanas.

A opinião pública construída perante o viés linguístico e semântico do jornalismo fundamenta ideias que em sua maioria são consolidadas perante certo caráter de imparcialidade. Por isso que o historiador deve ter cuidado ao utilizar periódicos como fonte de consulta de estudo, pois é necessário que sempre haja um contraponto para que a interpretação não se prenda a proposta fixa pelo editorial.

Dentro do panorama cronológico que o estudo se propõe, o período da Ditadura Civil-Militar, o papel desempenhado pela mídia muitas vezes sofreu diretamente com ações diretas do Estado no molde da censura prévia, que impusera um controle sobre os meios de comunicação no intuito de estabelecer o silenciamento dos mesmos, fato que se torna relevante para consolidação de estudos ligados a esse ambiente.

A mídia para se colocar sobre toda essa conjuntura política do regime de exceção então buscou formas de administrar a informação de maneira coesa sem sofrer com as retaliações do Estado. Isso, muitas vezes proporcionou concepções jornalísticas fundamentadas diante aquilo que atendia os anseios do poder.

Sobre a imprensa e os regimes autoritários nas palavras de Luca (2014, p. 129)

Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político.

Sabe-se que no período da Ditadura Militar os meios de comunicação são concessões do Estado que são repassadas a grandes aglomerações empresárias que passam a atuar sobre a consonância de seus interesses econômicos e políticos. Nesse contexto é interessante pensar a mídia como instrumento político de legalização, ou seja, periódicos deixam de ser apenas mecanismos de transmissão de informações, passando a atuar como elementos essenciais do enquadramento político.

Esse ponto vista da mídia é detalhado da seguinte maneira por Silva (2006, p. 2)

As empresas jornalísticas devem ser vistas como partidos de determinados grupos políticos e econômicos, em consonância com seus programas, ou seja, suas interpretações da realidade acabam interferindo no conhecimento que se tem sobre a realidade e na tomada de posições sobre elas. A sua narrativa nunca é neutra e gera interpretações sobre os diversos aspectos da vida humana: seja o macroeconômico, seja o micro-comportamental. Através delas as pessoas tomam posição e circunscrevem suas visões de mundo. Acaba sendo uma forma de manutenção da hegemonia vigente.

É desta forma que podemos inserir concepções ideológicas políticas como essenciais para formatação do aparato editorial a ser seguido pelos veículos de comunicação. Por isso que este estudo busca estabelecer a reconstrução da memória do Movimento Estudantil no período da Ditadura Civil-Militar perante o viés jornalístico. Desta forma, é importante salientar que há pontos de vistas distintos que ficaram evidentes pelo fato do posicionamento político que os periódicos consultados possuem, no caso, serão a Revista Veja do Grupo Abril e o Jornal Folha de São Paulo administrado pelo Grupo Folha.

### 2.3. Imprensa, memória e movimento estudantil

Com a tomada do poder pelos militares e a consolidação dos primeiros atos institucionais foi se consolidando um Estado de vigilância e de perseguição total aos grupos de esquerda no País. Qualquer grupo que significasse certa ameaça à conjuntura política dos militares passa a ser taxados como subversivo, passavam a ser vistos como ameaça à ordem política, e, para eliminá-los, os militares utilizaram a repressão como principal instrumento.

Um grupo subversivo taxado pelos militares foram os estudantes, que através de seu movimento estudantil passou a ocupar um papel de grande relevância no contexto político brasileiro assumindo uma postura partidária ideológica, em um período em que os partidos de oposição foram anulados pela ordem bipartidária do regime autoritário, medida que na visão de Ridenti (2014, p. 35) significou:

(...) uma solução para garantir ao governo maioria estável no Congresso Nacional, (...) surgindo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), órgão da oposição majoritariamente moderada e construtiva.

Diante dessa nova realidade política os estudantes e suas organizações estudantis passaram a exercer o papel de “partido” de oposição no Brasil, se posicionando contra a ordem política repressiva dos militares, e buscando de maneira incansável, a efetivação do processo de redemocratização.

De acordo com Valle (2008, p.33) a postura política exercida pelos estudantes no país se consolidou:

Em virtude da repressão militar, embora ainda desarticulada, a oposição dos estudantes ao caráter violento do regime. O governo, por sua vez, continuará visando extirpar a área potencial de subversão identificada no meio estudantil por meio de medidas duradouras que impeçam as atividades políticas principalmente no ambiente universitário.

O cenário político no qual o movimento estudantil se inseriu demonstrava a importância que o grupo exerceria naquele instante já que as ações políticas dos militares neutralizaram toda perspectiva de oposição, ou seja, o Estado aparelhou as instituições como: partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos e etc., que poderiam de alguma forma atrapalhar o desenvolvimento do projeto político gerido e apoiado por uma parcela da sociedade civil.

Mesmo sobre a postura política autoritária que vivia o país, a saída encontrada por aqueles que não aceitavam essa determinada condição política foi ir às ruas e clamar pelo fim do Regime

Militar. As ruas por todo país se tornaram celeiros de movimentos e ações contra o governo dos militares. O crescimento significativo dessas ações fez o Estado agir e procurar uma solução para impedir a sua queda, e foi sobre esse ambiente, que o governo baixou atos e decretos. O mais conhecido, foi o Ato Institucional número 5, promulgado em dezembro de 1968 após uma onda de ações populares contra o regime político em vigor.

O AI5 foi um princípio político que na visão de Fico pode ser entendido da seguinte maneira:

O Ato Institucional nº5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciará muito antes, é não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, subversão, corrupção) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã”<sup>2</sup>.

E assim, perante esta realidade política, os estudantes brasileiros passaram a atuar contra Regime Militar, sofrendo represálias por tomarem essa postura. Represálias que possuíam a violência como instrumento primordial.

As ações repressivas mais significativas desse período contra os estudantes e suas organizações foram às intervenções policiais que impôs constantes invasões em universidades e em eventos políticos organizados pelos estudantes que sempre acabavam se transformando em campos de batalha, colocando frente a frente estudantes e forças policiais.

Um dos primeiros atos organizados pelos estudantes nesse período aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 1968. Após ação policial estabelecida nas dependências do restaurante universitário do Calabouço que servira naquele instante como local de reunião de entidades estudantis que reivindicavam melhorias no sistema educacional e, principalmente, debatiam sobre ações políticas a serem desenvolvidas pelos estudantes em uma posição contrária ao regime político.

Para Siqueira (2011):

O movimento estudantil organizada na Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) se tornou o porta-voz das reivindicações dos que pediam melhorias nas instalações do restaurante e da comida por lá servida. De outro lado, a polícia e as autoridades acusavam seus frequentadores de serem estudantes profissionais, agitadores e de transformar o local

---

<sup>2</sup> FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2016.

em um centro de atividades subversivas, o que transformou o restaurante em local intenso de práticas subversivas<sup>3</sup>.

Desta forma, devido à conotação política que existia dentro das instalações do Calabouço o mesmo veio a sofrer uma intervenção policial, que culminaria na morte do estudante secundarista do Instituto Cooperativo de Ensino, Edson Luís de Lima Souto.

Essa morte serviu de precedente para efetivação de uma ação maior por parte dos estudantes contra o Regime Militar na cidade do Rio de Janeiro. Dessa mobilização se viu a efetivação da “Passeata dos Cem Mil”.

Em seu livro *“As Ilusões Armadas. A Ditadura Envergonhada”* Elio Gaspari narra a Passeata dos Cem Mil da seguinte forma:

Olhada, a passeata era uma festa. Manifestação de gente alegre, mulheres bonitas com pernas de fora, juventude e poesia. Caminhava em cordões. Havia nela a ala dos artistas, o bloco dos padres, a linha dos deputados. Ia abençoado pelo cardeal do Rio de Janeiro, o arqui-conservador D. Jamie Câmara, que em abril de 1964 benzer a Marcha da Vitória. Muitas pessoas andavam de mãos dadas. Todo o Rio de Janeiro parecia estar na avenida. A serena figura da escritora Clarice Lispector e Norma Bengell, a desesperada de Terra em transe; Nara Leão, Vinicius de Moraes e Chico Buarque de Hollanda, que com poesia de “Carolina”, e seus olhos verdes, encantava toda uma geração. Personagens saídos da crônica social misturavam-se com estudantes saídos do DOPS. Do alto das janelas a cidade jogava papel picado. Catedral frentista, a Passeata dos Cem Mil saiu da Cinelândia, jovem, bela e poderosa. Parecia o funeral do consulado militar Ouvida, era maravilhoso veículo de um anacronismo político. O slogan mais repetido da manifestação anunciava o fim do regime. Um pedaço gritava: “O povo organizado derruba a ditadura”<sup>4</sup>. (GASPARI, 2002).

A Passeata dos Cem Mil marcaria definitivamente a entrada do movimento estudantil brasileiro na luta contra a Ditadura Militar. Era algo grandioso, que nem mesmo os militares da linha dura poderiam imaginar tamanha mobilização popular. Era um evento que demonstrava toda a insatisfação do povo ao regime que suprimia os direitos civis e eliminava os princípios democráticos.

A imprensa também ficou assustada com a enorme concentração de pessoas que a passeata levou as ruas da cidade do Rio de Janeiro. Isso fica claro quando o Jornal Folha de São Paulo não

---

<sup>3</sup> SIQUEIRA, Marcelo Nogueira. O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: contexto, objetivos, estratégias e consequências. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526548001.pdf>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2016

<sup>4</sup> GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas. A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

entendo o que poderia simbolizar o ato o comparou ao movimento que levou a golpe em 1964, a “*Marcha da família com Deus pela liberdade*”<sup>5</sup>.

Essa comparação é possível de ver na seguinte citação, que ainda destaca a diversidade de grupos que participaram do evento.

Em número de participantes, a passeata foi comparada à “Marcha pela liberdade”, até então a maior concentração popular de caráter político realizada no Rio. (...) De modo geral as classes presentes podiam “o fim da ditadura”. Enquanto um orador descia da tribuna e outro subia o povo numa só voz, gritava: “Abaixo a ditadura”. (Caderno 1, Folha de São Paulo, 27 de junho de 1968)<sup>6</sup>.

A partir desse instante ficava claro qual seria a atitude política que seria tomada pelos estudantes no período, questão que pode ser observada através da reportagem da Revista Veja de 1968 narrando sobre a desenvoltura política desempenhada pelos estudantes em períodos de anulação de direitos políticos de diversas personalidades e de partidos em nosso país.

Segundo reportagem da Revista Veja;

Os partidos na análise de um estudante antes de 1964 não tinham nenhuma organização, nenhum objetivo definido e nenhuma solução clara para o problema brasileiro, desmoronaram. E o fato é que o movimento estudantil se tornou a vanguarda de um movimento progressista no Brasil (...). Nitidamente de esquerda, sem, entretanto estar filiada a nenhum grupo e não aceitando a tutela de nenhum partido, a ex-UNE esteve sistematicamente contra o governo e conseguiu capitalizar graves episódios, com a morte do estudante Edson Luís (...) e a invasão da Universidade de Brasília (...)<sup>7</sup>.

No entanto, apesar de uma postura política direcionada para a luta oposicionista em sua maioria, havia, dentro do cenário político do movimento estudantil grupos que se aproximavam das aspirações governistas, gerando assim rivalidades internas oriundas de distintas escolas e princípios ideológicos. Nesse caso, uma das rivalidades relevantes da época existia entre os alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade São Paulo, escolas que se localizavam na Rua Maria Antônia.

Essa rivalidade política levou a sérios conflitos entre os estudantes das duas instituições de ensino, sendo que, o ápice dessa rivalidade aconteceu dias antes da realização do XXX Congresso

---

<sup>5</sup> Movimento surgido em março de 1964 e que consistiu numa série de manifestações, ou "marchas", organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. Congregou segmentos da classe média, temerosos do "perigo comunista" e favoráveis à deposição do presidente da República.

<sup>6</sup> 1º caderno, Folha de São Paulo, 27/06/1968.

<sup>7</sup> Revista Veja - publicação 16 de outubro de 1968.

da UNE em Ibiúna interceptado pelos militares, quando alunos da FFLCH/USP angariavam fundos para organização do então congresso da UNE na rua na qual se localizava a instituição de ensino através da cobrança simbólica de pedágio. Essa ação foi o estopim para que a Rua Maria Antônia se tornasse em campo de batalha entre estudantes, pois alunos da Mackenzie se posicionaram contra a ação dos alunos da USP, ou seja, era o embate entre estudantes favoráveis ao regime (Mackenzie) contra aqueles que se colocavam contra o sistema político (FFLCH/USP).

A batalha da Rua Maria Antônia gerou capa da revista *Veja* em 09 de outubro de 1968 com o seguinte título “*A incrível batalha dos estudantes*”, trazendo como título de reportagem “*Destruição e morte, por quê?*”. Analisando os títulos dados pela revista percebe-se que a batalha colocou frente a frente alunos de duas tradicionais escolas de São Paulo, pois, configurando como uma batalha campal sem controle e que gerou consequências de grande magnitude.

A revista *Veja* relata o episódio da seguinte maneira:

Paus e pedras, bombas “Molotov”, rojões, vinhos cheios de ácido sulfúrico que vão estourar queimavam a pele e a carne, tiros de revólver e muitos palavrões voaram durante as calçadas da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Exatamente às 10 e meia da manhã (...) começou a briga entre as duas escolas. Porque alguns alunos da Mackenzie atiraram ovos em estudantes que cobravam pedágio na Rua Maria Antônia a fim de recolher dinheiro para o Congresso da ex-UNE e outros movimentos antigovernistas da ação estudantil (...). Formaram-se dois grupos (...) dentro da Mackenzie, onde estudaram membros do Comando de caça aos comunistas (CCC), Frente Anticomunista (FAC) e o Movimento Anticomunista (MAC); dentro da Faculdade de Filosofia da USP, onde fica a sede da União Estadual dos Estudantes. As duas frentes agrediram-se entre discursos inflamados e pausas esparsas. (Página 16, 09/10/1968).<sup>8</sup>

Através do que é relatado pela reportagem da revista *Veja* é possível perceber a distinção ideológica que havia dentro dos movimentos estudantis das duas instituições, e quais eram os objetivos reais de atuação de ambos, destacando o posicionamento conservador por parte do movimento da Mackenzie que tinha como principal foco a luta a favor da estrutura política vigente no país, lutando contra ameaças que eram oriundas de movimentos estudantis de caráter revolucionário, como era no caso dos alunos da USP, que atuavam em prol da luta revolucionária de perspectiva socialista.

E esta distinção ideológica não ficou presa apenas a movimentos de universidades paulistas. Em todo o Brasil estudantes se colocaram nos dois lados do “front de batalha”, consolidando assim uma quebra de unicidade que impôs um novo cenário político dentro do contexto das ações estudantis, havendo sempre uma postura antagônica entre os mesmos, não efetivando uma posição

---

<sup>8</sup> Revista *Veja* – Publicação dia 09 de outubro de 1968.  
250

única que poderia ter obtido êxito maior, pois, a quebra dessa unicidade mostrou de certa forma que o governo poderia contar com apoio de uma camada de estudantes, o que deu aval político para atuar diretamente dentro das universidades.

Em relação ainda ao episódio de conflito da Rua Maria Antônia, a Folha de São Paulo trás em seu caderno 1 (um) de 04 de outubro de 1968 a seguinte explanação sobre o ocorrido:

A luta entre os dois grupos de estudantes que começou nos edifícios das duas faculdades estendeu-se aos prédios vizinhos, cujos telhados eram ocupados por estudantes que atiravam pedras e bombas “Molotov”. Na Rua Maria Antônia, teatro da batalha, os estudantes da Filosofia capturaram um de seus adversários, aparentemente membro do CCC. (1º caderno, Folha de São Paulo, 04/10/1968, p. 12)<sup>9</sup>.

A Folha de São Paulo deixa claro seu posicionamento editorial expondo que as ações na qual levaram a barbárie na Rua Maria Antônia foi iniciada por parte dos estudantes da Filosofia que agiam com objetivo de capturar e pressionar politicamente estudantes governistas e anticomunistas.

Essa posição da Folha de São Paulo fica claro quando trabalha diretamente citando medidas orquestradas por lideranças dos estudantes da Filosofia da USP, analisando o papel exercido pelo presidente da UEE/SP, José Dirceu. “(...) o *presidente da UEE (José Dirceu), comanda um grupo de universitários no revide às pedras atiradas da Mackenzie (...)*”<sup>10</sup>. Ou seja, os alunos da USP possuíam um comando formado e seguiam aquilo que os suas lideranças estabeleciam naquele momento, e ao analisar os fatos, o que se percebe é que o objetivo dos alunos da USP no momento da batalha era de estabelecer uma ação de ocupação do prédio da Mackenzie. Seria como uma conquista de território dentro do contexto de guerra.

Essa batalha campal que se estabeleceu entre os estudantes das duas instituições paulistas teve como consequência, além da destruição física do local, a morte de um estudante secundarista do Colégio Marina Cintra, José Carlos Guimarães que, segundo relatos do Grupo Tortura Nunca Mais<sup>11</sup> foi assassinado por Osni Ricardo, membro do CCC da Universidade Mackenzie.

Após a morte do estudante secundarista a luta entre os estudantes das duas instituições ganhou outra proporção. Os alunos da USP partiram para organizar um grande ato público contra o

---

<sup>9</sup> 1º caderno, Folha de São Paulo, 04/10/1968, p. 12.

<sup>10</sup> 1º caderno, Folha de São Paulo, 04/10/1968, p. 12.

<sup>11</sup> O Movimento Tortura Nunca Mais é um grupo brasileiro de apoio aos direitos humanos que surgiu como instrumento de luta dos familiares dos mortos, desaparecidos e torturados políticos durante o período do regime militar implantado no Brasil em 1964. Seu principal objetivo é a defesa dos direitos humanos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais, com ênfase na luta contra todas as formas de agressão e tortura praticadas em relação à pessoa humana pelo poder público e por seus agentes oficiais ou paralelos em qualquer esfera ou instância.

Regime Militar, formando uma grande passeata que ganharia as ruas do centro de São Paulo naquele instante, transformando-se assim em um grande marco político da época.

A Revista Veja narra esse momento de mudança de postura de ação dos estudantes da USP da seguinte forma:

Ao saber da morte do estudante (...), José Dirceu subiu num monte de tijolos (...), fez um comício relâmpago. “Não é mais possível mantermos militarmente a faculdade. Não nos interessa continuar lutando contra o CCC, a FAC e o MAC (...). Um colega nossa foi morto. Vamos às ruas denunciar o massacre. A polícia e o exército de Sodrê que fiquem defendendo a fina flor dos fascistas. Viva a UNE, abaixo a reação”. (...) Com essa oratória José Dirceu conseguiu por a maioria dos assistentes em posição de passeata (...).

Dentro do cenário político em questão, após os eventos da Rua Maria Antônia, a UNE – União Nacional dos Estudantes, continuou exercendo o seu papel sobre esse conflituoso ambiente político que se fazia presente no Brasil. Vale lembrar que a UNE tem um histórico de suma importância para se entender o fortalecimento dos movimentos sociais no país, pois se colocou como uma das poucas entidades com advento de luta pelos direitos sociais e políticos, sendo que essa postura politizada da UNE ganharia força ainda no início dos anos 60, quando a entidade passou a ser o elo de debate para formulação de uma reforma no Sistema Educacional Brasileiro.

Assim, mesmo com todas as pressões idealizadas sobre a estrutura política da UNE, seus membros levaram adiante as suas concepções e, mesmo na ilegalidade, continuaram realizando eventos e congressos, por exemplo, XXX Congresso da UNE em Ibiúna.

Na busca da reconstrução da memória do movimento estudantil principalmente no que diz respeito ao Congresso de Ibiúna, é possível perceber como que o meio político brasileiro enxergava os estudantes, e esta análise fica clara a partir do momento que se busca uma interpretação dos fatos perante a postura midiática totalmente direcionada a concepções ideológicas.

Em relação à visão que se estabelecia sobre o movimento estudantil, a mídia brasileira da época se mostrava dentro de uma perspectiva divergente, trabalhando com a imagem de que os estudantes membros da UNE e demais entidades de esquerda, eram inimigos do Estado, ou como apenas estudantes, lutando pelas suas utopias. É esta imagem que se observa perante a ação militar no XXX Congresso da UNE.

Um dos jornais mais respeitados do Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, na sua publicação do dia 13 de outubro de 1968 destaca a citação do então governador de São Paulo, Abreu Sodrê, no que diz respeito à ação policial em Ibiúna.

Nas palavras de Sodrê descritas no Jornal Folha de São Paulo:

Agi com energia e autoridade, para reprimir a agitação e a subversão, em favor da nossa democracia. (...) Não me oponho à reivindicação, oponho-me a violência, meu único objetivo é desarmar este clima de radicalização. A esquerda e a direita precisam ficar convictas de que são minoria, e de que este país não aceita que se provoque a violência <sup>12</sup>.

A citação demonstra uma visão da qual os militares e seus aliados viam os estudantes como radicais políticos, que usavam da postura da subversão para estabelecer uma ação violenta contra a ordem política vigente, e, por causa desta postura política subversiva, estes eram vistos como potenciais inimigos do Estado, e que seria utilizado todas as medidas para neutralizar as ações desses subversivos que estariam prejudicando o percurso político de nossa “democracia”.

A Revista *Veja* demonstrou outro lado sobre a imagem que os estudantes possuíam no país durante o ano de 1968, principalmente no que diz respeito à questão de um grupo altamente ameaçador da ordem política configurada pelo Estado Ditatorial que regia o país.

Na publicação da Revista *Veja* do dia 16 de Outubro de 1968 é possível verificar que um posicionamento direcionado a favor dos estudantes que participavam do evento promovido pela ilegal União Nacional dos Estudantes, UNE. Assim, a publicação detalha que:

Os rapazes e moças enrolados em cobertores coloridos no frio do começo da tarde de sábado passado, não pareciam os perigosos líderes estudantis do Brasil inteiro, presos durante o XXX Congresso da ex-UNE em Ibiúna (...) (...) os líderes estudantis estavam com prisão preventiva decretada, finalmente executada depois de muitas vezes terem enganado a polícia <sup>13</sup>.

O que se percebe é que a postura política que o Movimento Estudantil assumira naquele instante, mostra a conotação política que os estudantes brasileiros carregavam consigo, em um período que as ações políticas se resumiam em um Estado de vigilância total contra qualquer tipo de agitação política. Os estudantes eram a válvula de escape contra o Regime Militar, lutavam pelas suas utopias, não temendo as represálias do Estado.

E assim, através de imagens divergentes foi se consolidando a memória do movimento estudantil brasileiro nos anos de chumbo e repressão, vistos como subversivos como elementos esquerdistas que se posicionavam contra a estrutura política vigente, e como elementos fundamentais na luta contra a ditadura e a favor da democracia, colocando em jogo as suas ideologias e suas posições políticas em prol de um país democrático.

---

<sup>12</sup> Retirado do Jornal Folha de São Paulo do dia 13 de Outubro de 1968.

<sup>13</sup> Revista *Veja* - publicação 16 de outubro de 1968.

### 3. CONCLUSÃO

A memória é um dos elementos mais importantes que o ser humano carrega consigo; memórias de um tempo que se foi e que, através dos atos memorialísticos, são sempre lembrados.

Na história a memória é fundamental para se perceber as características de determinados períodos. Se faz necessária para entendermos o curso da história, e assim, termos a capacidade de estabelecer interpretações do passado perante a realidade do tempo presente.

Relembrar o período da Ditadura Militar, remete-nos a reconstruir lembranças de um tempo que o Brasil viveu sobre o estigma da repressão política, onde a violência tornou-se elemento fundamental para manutenção da ordem, principalmente após os atos políticos de 1968, que culminou com a promulgação do AI-5. Neste instante a Ditadura Militar Brasileira ganhava definitivamente status de regime de exceção e os direitos civis do cidadão foram totalmente excluídos da sociedade.

Na visão política do período em questão, o Movimento Estudantil desempenhou um papel de suma relevância na luta contra o Regime Militar. Mas, apesar de toda conotação de luta, este movimento também era visto por muitos como um mecanismo que se colocava contra a ordem, e que através de suas lutas subversivas poderiam se tornar uma ameaça direta à “democracia” pregada pelos militares que se encontravam no poder.

Esta discordância de visões estabelece um desafio enorme por parte dos historiadores, por trabalhar com vertentes de diferentes memórias faz com que o historiador crie a capacidade de estabelecer uma gama de interpretações sobre os fatos, e é esta capacidade de interpretar que faz com que a história se torne algo totalmente flexível impossibilitando a consolidação de uma verdade única, abrindo um leque de concepções que podem ser analisadas de maneiras totalmente distintas.

Ao observar a concepção da memória do Movimento Estudantil Brasileiro, principalmente no ano de 1968, através das páginas de veículos de comunicação percebe-se que havia uma postura de opiniões que ficam claras ao se estabelecer as leituras desses periódicos brasileiros, onde cada um trazia consigo uma ideia política, um campo ideológico de defesa; é perante esta contradição política que se constrói o imaginário político do movimento estudantil e de suas organizações.

Cabe ao historiador neste sentido estabelecer um processo interpretativo, sem desconsiderar nenhuma das vertentes estabelecidas, pois cada uma traz consigo visões que podem se transformar em ponto de análises essenciais para o entendimento concreto da conjuntura política que vivencia o país naquele momento.

## REFERÊNCIAS

BUCHOLDZ, A. P. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, Editora Uepg, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. In:\_\_\_\_\_. (Org.) **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 7 a 30.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Disponível em: Acesso em: 02 de janeiro de 2016.

GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas. A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores: identidade e diálogos disciplinares. 1- História e Historiografia. In:\_\_\_\_\_. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 53 a 62.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Congresso da UNE: Todos presos**. Domingo, 13 de outubro de 1968.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAMBA, Carlos. O congresso interrompido. **Revista Veja**. São Paulo, 16 de Outubro de 1968.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. IN: MOTTA, R. P. S. et al. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30 – 47.

SILVA, Carla. Estudando a imprensa para produzir história. III Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina, 2006, Londrina. In: **ANAIS, Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições**. Londrina: eduel, 2006.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira. **O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: contexto, objetivos, estratégias e consequências**. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526548001.pdf>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2016.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968, o diálogo e a violência: movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.